

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O apoio civil à intervenção militar de 1964: a questão das entidades femininas em São Paulo

Dharana Pérola Ricardo Sestini*

Resumo: Este artigo busca compreender o apoio civil à intervenção militar de 1964, por meio das entidades femininas criadas neste contexto. Dentre estas entidades destaca-se a União Cívica Feminina de São Paulo que esteve à frente da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” de São Paulo ainda em 19 de março de 1964 desempenhando, desta maneira, um papel fundamental na desestabilização do governo Goulart.

Palavras-Chave: Regime militar, apoio civil, mulher brasileira.

Abstract: The purpose of this paper is the analysis of the civil support to the military intervention of 1964, by studying the feminine entities created in this context. Among these entities it is distinguished the União Cívica Feminina de São Paulo, which was the leadership of the "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" in São Paulo by March 19th of 1964, playing an important role in Goulart government's breakdown.

Key Words: Military regime, civil support, Brazilian Woman.

No início dos anos 60 algumas entidades femininas começaram a organizar-se, de maneira efetiva em alguns dos principais centros políticos. Em São Paulo a União Cívica Feminina (UCF-SP) foi criada a partir de reuniões entre jornalistas e algumas mulheres da sociedade paulistana. De acordo com um folheto da entidade a criação da União Cívica Feminina no início do ano de 1962, foi resultado das articulações das mulheres “conscientes da gravidade das crises sociais, políticas e econômicas” (União Cívica Feminina, sd) Nestas reuniões procuravam-se congregar esposas e amigas dos empresários e militares paulistanos, grupo que daria origem à primeira configuração da UCF-SP, e alertar quanto aos perigos que a ameaça comunista oferecia às famílias brasileiras. De acordo com uma das fundadoras da entidade, Maria Paula Caetano da Silva, as motivações para a fundação da entidade eram ligadas ao temor ao comunismo:

O que se pode fazer para segurar a caminhada dos ‘sem Deus’? Então seria uma entidade. Seria uma associação. Mas não era interessante a gente fazer

* Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos e Mestranda em História Social na Universidade de São Paulo. A pesquisa conta com apoio financeiro do CNPq.

logo uma associação pública para não provocar a ira dos poderosos. Então nasceu a União Cívica de boca. Ela só existia com o nome e se reunia pra cá, pra lá... Ainda não tinha sede (Entrevista gravada em 26/09/2006).

No Rio de Janeiro a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) surge em seguida e sob o mesmo prisma: resguardar a família do perigo comunista que rondava a pátria. Seguindo os passos da precursora paulista, a CAMDE é fruto de reuniões que aconteceram ainda em junho de 1962 entre alguns padres, empresários cariocas e suas esposas ou parentes próximos, quase todas com alguma ligação com o IPES¹. Com ampla cobertura da mídia carioca, a entidade lançou um manifesto de repúdio à política do governo Goulart e organizou palestras para alertar as mulheres sobre a real situação política brasileira. Amélia Molina Bastos, irmã do general Antônio de Mendonça Molina, ligado ao IPES, foi uma das fundadoras da CAMDE e segundo ela a defesa da pátria contra o comunismo tinha um significado ainda maior: a defesa da Igreja e do catolicismo (POLLANAH, 1967: 157-174).

Em Belo Horizonte, a Liga da Mulher Democrata (LIMDE) surge discretamente a partir de 1963 e atua, em princípio, de maneira clandestina. É fruto do processo de expansão da CAMDE que aciona o IPES em Minas Gerais e inicia a formação da congênere mineira. A participação da LIMDE na empreitada de desestabilização do governo foi bastante representativa. A primeira ação deste grupo foi um protesto contra o congresso da Central Única dos Trabalhadores da América Latina (CUTAL) que seria realizado em Belo Horizonte em janeiro de 1964. As mulheres organizaram cartas de repúdio, protestos públicos, missas e até ameaçaram deitar-se na pista do aeroporto para que os aviões com os convidados não pousassem. O resultado foi a transferência do congresso para Brasília e uma vitória significativa do movimento anticomunista (SIMÕES, 1985:85).

Diante do cenário da criação das entidades femininas no contexto dos anos 60 é preciso pontuar ainda alguns episódios relevantes para análise. O primeiro deles é a influência no Brasil da “Cruzada do Rosário em Família” fundada em 1942 pelo Padre Patrick Peyton². O movimento chegou ao Brasil no início dos anos 60 carregando seu lema principal: “família que reza unida permanece unida”. Assim, representou uma espécie de preparo ideológico para o que ocorreria nas “Marchas”. Consistia em reuniões públicas – em alguns casos com 500.000 pessoas, em outros chegando a ter 1.000.000³ – que rezavam o terço coletivamente e pregavam a “união entre as classes”. De cunho anticomunista e fortemente religioso, a

¹ Entidade fundada em 1961 que congregava empresários paulistanos e procurava fomentar a desestabilização do governo de João Goulart

² O Padre Patrick Peyton tem origem irlandesa, mas emigrou para os EUA. Fundou o “Rosário em Família” em retribuição a ter se recuperado de uma tuberculose que, segundo ele, foi curada por Nossa Senhora. <http://www.rosarioemfamilia.org/padrepeyton.htm> arquivo consultado em 17/11/2006.

³ Respectivamente em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro.

“Cruzada” cristalizou a ligação entre os elementos Deus, Pátria e Família, e representou o elo fundamental para o surto anticomunista dos anos 60.

Outro elemento significativo é a maneira como a idéia da “Marcha” surgiu⁴. A idéia partiu da Freira Ana de Lurdes no dia 13 de março de 1964, em conversa com o deputado federal Cunha Bueno e alguns amigos que, reunidos no Hospital São Paulo onde a freira era médica psiquiatra, partilhavam da indignação com o comício de João Goulart no Rio de Janeiro⁵ na mesma tarde. Durante o comício Goulart havia feito referência ao rosário:

Não podem ser levantados os rosários da fé contra o povo, que tem fé numa justiça social mais humana e na dignidade das suas esperanças. Os rosários não podem ser erguidos contra aqueles que reclamam a discriminação da propriedade da terra, hoje ainda em mãos de tão poucos, de tão pequena maioria (FICO, 2004:284).

A referência devia-se a uma manifestação de mulheres ligadas à LIMDE em Belo Horizonte que haviam impedido Brizola de discursar em um evento da Frente de Mobilização Popular (FMP). Com os rosários nas mãos as mulheres ocuparam o palco do evento e começaram a rezar contra Brizola causando um grande tumulto e, ao serem retiradas do palco, usaram inclusive cadeiras e sombrinhas contra a polícia (SIMÕES, 1985:77).

Em função destes episódios a “Marcha” foi pensada como um desagravo ao rosário:

O problema era simples: Nossa Senhora havia sido ofendida pelas palavras pecaminosas do Presidente da República, e referência ao rosário e tudo que havia a fazer era convocar as mulheres de São Paulo para uma grande reunião pública de desagravo ao rosário. Elas compareceriam em massa. Nossa Senhora as escutaria e Deus teria misericórdia do Brasil (MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE, 1964).

Esta mobilização era em defesa de valores tradicionais da sociedade brasileira: religiosidade, pátria e família. Isto aparece muito claramente nos documentos da UCF-SP: “Queríamos alertar a opinião pública para a pressão que as famílias brasileiras estavam sofrendo e ao mesmo tempo revigorar princípios e ideais sempre defendidos no Brasil cristão e democrático.” (União Cívica Feminina de São Paulo, 1992, grifos meus).

Esses valores estariam sendo ameaçados pelas tendências comunistas do governo Goulart. Segundo Motta:

Organizaram-se para defender valores tradicionais, que acreditavam estar sendo ameaçados pelo avanço do comunismo. A participação das entidades femininas na campanha anticomunista provocou forte impacto, à medida

⁴ Esta explicação está de acordo com as fontes da UCF-SP e o livro “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, publicação da entidade dedicada a documentar os preparativos do evento.

⁵ Comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, dia 13 de março de 1964.

que elas mobilizaram um grupo social numeroso e influente (MOTTA, 2002: 241).

Um ato de fé numa hora de trevas

A concentração para a “Marcha” aconteceu no dia 19 de março de 1964, dia de São José padroeiro da família e do trabalhador, às 16 horas na Praça da República em frente à placa em memória aos heróis de 1932. Segundo documentos da UCF-SP, antes do horário programado a praça já não comportava a multidão que partiu em direção à Praça da Sé seguindo Leonor Mendes de Barros⁶ e a cavalaria da Força Pública. De acordo com as fontes da entidade havia 700.000 pessoas no momento dos discursos. O exemplar especial da revista Seleções do Reader’s Digest, A nação que salvou a si mesma, trás o número de 600.000 pessoas (READER’S DIGEST, 1964:108) em frente à Catedral Metropolitana de São Paulo. Não é possível saber com precisão este número, mas de qualquer forma foi uma multidão que ocupou boa parte do caminho entre a Praça da República e a Praça da Sé.

No mesmo momento circulava nas bancas um manifesto das Mulheres Paulistas contra o comunismo ameaçador que terminava da seguinte maneira:

(...) Eles infiltraram o nosso país, o nosso Governo, as nossas Forças Armadas e até as nossas Igrejas com servidores do totalitarismo exótico para nós e que tudo destrói... Mãe de Deus, defendei-nos contra a sorte e o sofrimento das mulheres martirizadas de Cuba, da Polônia, da Hungria e de outras nações escravizadas!(READER’S DIGEST, 1964:108)

Após D. Leonor Mendes de Barros hastear a bandeira ao som do Hino Nacional, leu-se a “Oração a Anchieta”, composta especialmente para a ocasião:

(...) Dai-nos a paz e a ordem, convertei os maus e os opressores – fazei que os justos e os dignos triunfem e não sejam arrebatados das nossas mãos os estandartes da fé e da pátria.

*De joelhos, ó apóstolo do Novo Mundo, nós suplicamos à Mãe de Deus, que é Vossa Mãe e também nossa Rainha do Brasil, a Virgem Aparecida, para guarde e proteja nossas liberdades e a família brasileira – não permitindo que esta nação e seu povo se transformem em nação mártir e num povo oprimido, com as nações e os povos escravizados do brutal e ateu comunismo.
(...) (MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE, 1964).*

Segundo Maria Paula Caetano da Silva, que também foi secretária da UCF-SP no período do pré-64 e uma das principais organizadoras da “Marcha”:

(...) a marcha foi uma reação ao que se configurou na reunião da Central do Brasil (...). Neste dia, o Jango foi para a praça com a mulher, uma coisa que não acontecia naquele tempo. Naquela noite no discurso dele, ele formulou,

⁶ Esposa do então governador de São Paulo Adhemar de Barros e conhecida por sua extensa obra assistencial, foi em seu nome que a “Marcha” foi convocada.

vamos dizer assim, as idéias fundamentais do comunismo. (...) (entrevista gravada em 26/09/2006).

Muitos ocuparam o palanque da “Marcha”, entre eles o deputado Cunha Bueno que em seu discurso denominou a “Marcha” como “um ato de fé numa hora de trevas” (MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE, 1964). Também subiram ao palanque líderes estudantis, religiosos, diversos políticos e representantes de entidades civis que aderiram à “Marcha”.

Algumas visões do contexto

Algumas análises da conjuntura do pré-64 são base para este estudo. O trabalho de René Armand Dreifuss centra-se na idéia de manipulação de classes (DREIFUSS, 1981). Segundo ele, as entidades femininas fazem parte de um amplo processo que inclui entidades de tipos diferentes – estudantis, de classe, femininas – e que funcionam como uma maneira de mobilizar as classes médias em função dos interesses das elites orgânicas. No caso específico da conjuntura pré-64, segundo o autor, visavam a causar uma situação de crise em que as Forças Armadas justificassem sua intervenção. Segundo ele:

(...) a mais significativa conquista do IPES no campo da mobilização política e ideológica consistia na utilização das classes médias como a nova clientela política e o desenvolvimento de meios para mobilizá-las, com êxito, como uma massa de manobra (...) (DREIFUSS, 1984: 291) .

Pode-se perceber claramente a relevância do complexo IPES/ IBAD para a formação das entidades femininas e viabilização de suas atividades. Do mesmo modo, não se pode negar que estas cumpriram com sucesso a empreitada de mobilização da população em favor da intervenção militar o que, de certa maneira, justificou a própria intervenção.

No entanto, as entidades femininas que surgiram no contexto do pré-64 devem ser vistas enquanto um fenômeno social heterogêneo, e não apenas como instrumentos de classe, tal qual é entendido por Dreifuss. Entende-se que procuravam construir uma idéia de Mulher Brasileira, guardiã dos valores tradicionais da família e que, por isso, era seu dever defender a pátria supostamente ameaçada pelo comunismo.

Elemento central deste imaginário social é o anticomunismo, e, neste ponto, é relevante a contribuição de Motta, observando que o anticomunismo não apenas esteve sempre presente nas grandes articulações golpistas, como lhe coube o papel de convencer a sociedade civil de que esta se encontrava sob forte ameaça de invasão comunista:

O anticomunismo forneceu argumento principal para as duas rupturas institucionais mais graves do período republicano, que deram origem aos regimes totalitários mais duradouros já experimentados (ou sofridos) pelo país. A alegada urgência de combater o comunismo convenceu a muitos, inclusive a setores democratas, da necessidade de romper a normalidade institucional (MOTTA, 2002: 280).

Este sentimento anticomunista foi capaz de mobilizar setores da sociedade que se fizeram presentes na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” em São Paulo em 19 de março de 1964.

Também Presot (2004), faz uma análise das “Marchas” sob um ponto de vista diverso. Segundo ela:

É preciso que se tenha cuidado, contudo, com certas interpretações algo mecanicistas. De fato, as articulações do núcleo que congregava o IPES mostram-se decisivas em diversos momentos para que o projeto de uma intervenção militar fosse vitorioso, mas elas não constituem condição determinante para que o golpe se efetivasse satisfatoriamente (PRESOT, 2004:38).

Partindo de uma idéia de que as escolhas individuais não estão estritamente ligadas a classes, mas também a condições culturais específicas, a autora problematiza abordagem clássica da temática das agremiações femininas no contexto dos anos 60. Da mesma maneira, opera uma reconstituição da “Marcha” do Rio de Janeiro, em seguida, discute o caráter plural que as demais “Marchas”⁷ adquiriram ao incorporar elementos culturais locais das cidades onde ocorreram sem, no entanto, perder o forte apelo anticomunista e religioso. Segundo Presot: “A inserção de elementos presentes nas culturas políticas regionais na realização das marchas concorre para que o acontecimento se torne, também, produtor de sentidos” (PRESOT, 2004: 83).

Também no trabalho de Evelyn Chaves Silva (2002), a reflexão centra-se no conceito de imaginário social. Segundo a autora, por meio das representações presentes no imaginário de uma sociedade é possível conhecer a maneira pela qual o mundo é percebido. As “Marchas”, de acordo com essa idéia, evocavam símbolos já consolidados na sociedade brasileira:

Ao tomarem as ruas defendendo seus interesses, a manutenção de um sistema de representação no qual acreditavam ser o melhor para o bem comum, os participantes das Marchas acionaram símbolos que há muito vinham se inscrevendo no código do imaginário – a saber, a bandeira do anticomunismo e da fé cristã – engrenagens que os levaram a construir representações deles mesmos, dos seus inimigos e do mundo (SILVA, 2002: 45 e 46).

⁷ Segundo levantamento da autora ocorreram sessenta e nove “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” entre março e junho de 1964 (PRESOT, 2004:72).

Sob esta perspectiva, o imaginário social brasileiro é entendido como fator preponderante para o êxito da mobilização das mulheres no contexto dos anos 60 e para que as “Marchas” tivessem alcance sobre as diversas camadas sociais que estiveram presentes.

Referências Bibliográficas:

DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/ FAPESP, 2002.

POLLANAH, Stella M. Senra. In: Livro de Cabeceira da Mulher. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. Vol. 5, p. 157-174.

PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCS, 2004. (dissertação de mestrado).

SILVA, Evelyn Chaves. *Memória Esquecimento e imaginário social nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade*. Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas, 2002. (dissertação de mestrado).

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, Pátria e Família: as mulheres no golpe de 64*. Petrópolis: Vozes, 1985.

Fontes documentais

A nação que salvou a si mesma. Revista Seleções do Reader's Digest. Suplemento Especial, novembro de 1964.

União Cívica Feminina, Folheto explicativo. Sem data. Arquivo pessoal.

Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Documento produzido pela União Cívica Feminina de São Paulo na ocasião da organização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. São Paulo, 1964.

Fundo Adhemar de Barros. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Pronunciamento de aniversário de 30 anos da União Cívica Feminina de São Paulo. Maria Paula Caetano da Silva. São Paulo, 1992.

Entrevistas:

Maria Paula Caetano da Silva. Entrevista gravada. 26/09/2006.

Violeta Maciel de Castro. Entrevista gravada. 05/12/2006.